

---

**TOMO**

---

Artigo recebido e  
publicado em 2004

# O SÉCULO XIX E A MODERNIDADE: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM URBANA.

*Fábio Silva Souza\**

**A**s atividades e práticas desenvolvidas em um determinado espaço são típicas de um período específico. Segundo Castells (1983), o espaço é o produto material elaborado a partir de determinadas relações sociais que, associados em sua forma e função, são responsáveis por uma significação social. O espaço urbano, por exemplo, não se encontra de modo aleatório, jogado ao acaso, há nele determinados elementos ideológicos que caracterizam cada modelo e período no qual estiveram assentados modelos específicos de organização social. Neste sentido, a paisagem representa o resultado do acúmulo lógico dos diversos tempos, vivenciados de forma diferenciada pelos seus habitantes e cidadãos, conforme a disponibilidade de recursos materiais, equipamentos tecnológicos, expectativas ideológicas e experiências individual e grupal (Etchevarne, 2002).

---

\* Cientista social, mestre em geografia (NPGeo – UFS) com área de concentração em estudos arqueológicos (ocupação territorial). Professor de: Antropologia (DCS – UFS); Antropologia Cultural (Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição) e Sociologia da Educação (UVA). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc – UFS).  
e-mail: fabiosilvasouza@ig.com.br

No espaço antropológico as diversas forças sociais conduzem, segundo Certeau, a um “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (1994:202), resultando, dessa forma, nas diversas divisões do espaço e dos subespaços. Estes, por sua vez, são fruto dos conflitos, das lutas e interesses contrários que resultam, no presente, nas diferentes estruturas espaciais elaboradas no passado.

Segundo Raffestin (1993), a análise das atividades humanas envolve três aspectos fundamentais: *a população*, englobando o que ele mesmo denominou de certos seres; *o território*, entendido não só na sua relação espacial, como também temporal e, por fim, *os recursos*, ou seja, determinadas coisas. Neste momento, serão abordados alguns dos principais conceitos que versem sobre o *locus* de sociabilidades que se estendem desde o *lugar*, passando pela constituição do *espaço* e, finalmente, o *território*. Portanto, o estilo de vida adotado<sup>1</sup> em uma dada comunidade, bem como sua visão de mundo, não são configurados de forma aleatória. Eles caracterizam as relações sociais que podem ser percebidas a partir de três itens apontados por Milton Santos (2002, a): *o tempo*; *o espaço* e *o modo* como a sociedade se organiza para a produção de sua existência material. A variação de cada categoria no bojo da(s) sociedade(s), equivale dizer que pessoas de locais distintos e modos de produção diferentes parecem viver tempos diferenciados.

Para a construção das cidades coloniais a prioridade era dada à questão da segurança. Era um tempo em que a colonização ainda dava seus primeiros passos e o interesse de estrangeiros em adentrar nas terras brasileiras era muito grande. Estava no plano de povos como franceses e holandeses adentrar nas terras brasileiras, atemorizando, desse modo, a paz e a tranqüilidade portuguesa em terras brasileiras.

As vilas e cidades desse período eram criadas quase sempre por determinação oficial e expressa da Coroa, geralmente com fins estratégicos

<sup>1</sup> Muitas vezes por sujeição e não por livre escolha.

cos, sobretudo voltados para a defesa da costa brasileira. De modo geral, segundo Omegna, “antes da cidade aparecer, um pequeno grupo decide que ela exista, pelo feiticismo de uma Carta Régia e a implantação do pelourinho” (1971:15). São Cristóvão, por exemplo, nasce entre dois grandes centros produtores de cana-de-açúcar, Salvador e Olinda, ocupando um território estratégico, elo de comunicação entre esses pólos, resguardando a costa contra ataques inimigos e ainda produzindo couro e carne para ser consumido nessas capitânias.

As vilas coloniais encontravam-se tradicionalmente em locais altos evidenciando uma mentalidade preocupada com os ataques inimigos. Devido à associação entre Estado e Igreja, ocorrido principalmente no período colonial, as vilas eram erguidas inicialmente a partir da construção de uma igreja. Em seu entorno surgiam algumas casas, geralmente das pessoas mais influentes, revelando uma hierarquia de ocupação do espaço. Essas casas eram construídas rentes à rua, evidenciando, assim, um estilo comportamental social que procurava romper com o universo rural.

O projeto de colonização português incluía a edificação de igrejas monumentais, localizadas no coração de humildes vilas. A construção da cidade colonial começava geralmente pela praça maior, através de monumentos religiosos, dessa forma, o catolicismo atuava como fator de coesão ideológica em uma sociedade rarefeita, agregando as pessoas em um meio disperso e cumprindo, desse modo, um papel político (Lopez, 1994).

A igreja concentrava a vida cidadina, nas cidades nordestinas, onde são desenvolvidas relações sociais. A porosidade, a que se refere Benjamin, irá pensar na cidade transformada em palco de relações sociais, as ruas, por exemplo, transformam-se em cenários (Carlos, 2001, a). O espaço é o ponto de encontro, nele são desenvolvidas sociabilidades e estabelecidas relações cotidianas com os lugares de atividades. Há a efetivação de uma vivência pelos habitantes e cidadãos, a partir de práticas diferenciadas. “A cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano, e nas ações mais habituais do cenário da vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em disputa territorial” (Gomes, 2002:9). Neste sentido, a praça



onde está localizada a igreja pode ser entendida não apenas pelos aspectos das sociabilidades, como também pelo viés da competição, onde são desenvolvidas relações de poder, buscando a conquista de espaços no seu entorno. A cidade colonial cresce nos desdobramentos da matriz, e geralmente ao redor da nova capela, dividindo-se em *paróquias* ou *freguesias*, como eram comumente designadas, comprovando a denominação eclesiástica (Omegna, 1971).

Ao que parece, tudo convergia para fazer do catolicismo um espetáculo proselitista com encenações que incluíam procissões, músicas, novenas, sermões e ladainhas. A igreja central era o grande monumento vistoso que atuava não apenas como delimitador territorial, com suas torres visualizadas praticamente de qualquer parte da cidade, inclusive do porto, na parte baixa da cidade. Além disso, conforme Omegna, a igreja central “marca o centro citadino, porque é ela quase que a única edificação de feição e estilo realmente urbano” (1971:23). Nessa sociedade fortemente marcada pela competição entre o urbano e o rural, o monumentalismo das igrejas aparentemente representa a derrocada simbólica dos senhores moradores nas casas-grande. Contudo, a igreja representava a superação dessa dicotomia, entre as zonas rurais e urbanas, atribuindo ordem a um espaço-tempo definido por meio de rituais simbólicos, praticados por atores sociais que, independentemente de distâncias, reconhecem a sacralidade atribuída a esses espaços identitários e apropriados por todos aqueles que para eles rumam em busca de práticas de zelo e de devoção. A localização “(...) e o domínio arquitetônico de suas edificações na praça principal, que as ordenações d’ El-Rei lhe separam, é bem figura e testemunho de sua soberania espiritual, moral e política que poucos ousam contestar”. (Omegna, 1971:27).

No Brasil foram aproveitadas antigas tradições urbanísticas de Portugal. As vilas e cidades brasileiras apresentavam ruas de aspectos uniformes, as residências eram construídas “sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins” (Reis Filho, 1978:22). O mesmo acontecia com os palácios, edificadas ao estilo das residências comuns,

seguindo o alinhamento das vias públicas. Não havia calçamentos que possibilitassem os passeios públicos, bem como arborização das ruas, como conseqüência, a paisagem urbana era marcada pela ausência de verde, sinônimo do universo rural, de modo a acentuar a impressão de monotonia, gerando naturalmente a impressão de concentração, mesmo em núcleos de população reduzida. O alinhamento de casas sobre as vias públicas, provocando a ausência de uma paisagem arborizada, associada à intencionalidade em demonstrar uma concentração populacional, parece significativo para entender uma sociedade que anseia pelo espírito urbanístico, mesmo que suas práticas cotidianas e suas condições materiais atuem de modo contraditório a essa mentalidade.

Reis Filho (1978) relata que as casas eram construídas de modo uniforme, demonstrando, desse modo, uma preocupação com a uniformidade arquitetônica, tanto nas suas plantas, como nas suas técnicas construtivas, remetendo-se, assim, às origens do urbanismo medievo-renascentista português. Contudo, segundo Freyre (1982), essas habitações apesar de apresentarem fachadas com traços predominantemente urbanos, traziam no seu interior características que as contrariavam, persistindo hábitos tipicamente rurais, tais como as criações de aves e o cultivo de plantações diversas. Contradição esta a que Freyre denominou de *rurbanização*.

A ocupação humana de um determinado espaço, de modo temporário ou perene, implica a impressão de marcas na paisagem e a possível modificação da natureza. Desse modo, segundo Gil Filho, “o espaço absoluto, religioso e político em caráter era produto dos laços de consangüinidade, solo e idioma, mas além disso para o espaço relativizado e histórico” (1997:112). Esta ação traz no seu interior traços representativos de um determinado grupo social e de suas relações sociais, típicas de um espaço-tempo distinto, imbuído de valores e de ação simbólica, responsável pela formação de territórios distintos.

Os territórios, muitas vezes, são originados a partir de experiências cotidianas. Elas podem ser entendidas pelo olhar dos atores sociais, através das suas relações com determinados

locais privilegiados, qualitativamente diferentes dos outros: a paisagem do natal ou os sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude. Todos esses locais guardam, mesmo para o homem mais francamente não-religioso, uma qualidade excepcional, 'única': são os 'lugares sagrados' do universo privado, como se neles um ser não religioso tivesse tido a revelação de uma *outra* realidade, diferente daquela de que participa em sua existência cotidiana (Eliade, 2001:28).

O estabelecimento de limites territoriais pode ser percebido por meio de elementos naturais e/ou antrópicos. Muitas vezes ele se dá por elementos da natureza, tais como rios, vales, etc, desde que revestidos de caráter simbólico. Há ainda, no entanto, determinados limites que são antrópicos expressos em edificações petrificadas no espaço, a exemplo de templos religiosos, palácios, etc. Muito mais que elementos naturais ou apenas construções há nesses toda uma carga simbólica que representa, conforme Geertz (2001), o *ethos* e a visão de mundo dos atores sociais.

Nesses espaços de sociabilidades há, de fato, a enunciação ideológica dos diversos atores sociais, seja por meio material ou imaterial, através de rituais. Esses rituais, elaborados no fervor das contradições cotidianas, irão diferenciar aqueles que sabem ou não decodificar um determinado elemento simbólico. Na cultura material isso ocorre pelo acesso ou não de um determinado bem.

Ainda segundo Geertz (1978), o caráter simbólico quando associado aos símbolos sagrados encontra-se relacionado a uma ontologia e uma cosmologia atreladas a determinada estética e moralidade. Essas imagens e o reconhecimento simbólico pela comunidade local são fontes de respeito e de hierarquia. As cidades coloniais, por exemplo, nascem a partir da construção de uma capelinha, muitas vezes, vindo a se transformar posteriormente na igreja matriz. Ao seu redor vão surgindo as primeiras habitações, as casas mais próximas do templo religioso trazem consigo um status simbólico, reconhecido tanto pelos habitantes urbanos como rurais. Segundo Omegna (1971), esse é o único centro citadino capaz de convergir moradores desses dois espaços.



A idéia urbanística que veio a caracterizar as diversas nações, sobretudo no final do século XIX e início do XX, esteve claramente associada à noção de reformas sociais. No caso brasileiro, por conta de toda sua tradição histórica, as formas predominantes, ao que parece, nunca foram tão rígidas. Para Ribeiro “essa relação não é assim tão clara, o que dá uma certa ambigüidade ao discurso urbanístico, já que os conceitos importados estão carregados do ideal reformador que os caracterizou em sua origem” (1996:54). Talvez por conta de toda uma estrutura mental herdada que pairou sobre a cidade brasileira, tendo vigorado um modelo importado<sup>2</sup>, que esteve umbilicalmente interligado às formas rurais de organização social. A rurbanização, proposta por Freyre, parece consistir justamente na importação de um modelo rural português adaptado à vida nos trópicos.

O início do século XIX ficou marcado pela vinda da família real ao Brasil. Esse fato trouxe, no seu bojo, profundas mudanças no cenário político, econômico e produtivo do país. Com a presença da corte em terras brasileiras foram suscitadas novas exigências, do ponto de vista cultural “significou a modernização do Rio de Janeiro. Desenvolveu-se então uma cultura laica, mundana, cortesã e aristocrática” (Lopes, 1995:11).

Atendendo a idéia do conde da barca, foi trazida para o Brasil uma missão artística francesa, no ano de 1816. Com ela veio o neoclassicismo, um estilo caracterizado pela simetria a serviço da ordem e da perenidade dos valores estabelecidos (Lopes, 1995). Esse estilo estava em voga na Europa desde o fim do século XVIII e fora o estilo oficial do Império Napoleônico. No Brasil, o neoclassicismo teve importância ímpar ao romper com a arte colonial barroca, mestiça e autodidata, sacramentando uma ideologia, do ponto de vista da produção cultural, que duraria até a Semana de Arte Moderna (Lopes, 1995).

<sup>2</sup> A colonial tida, de modo geral, como prolongamento ou alargamento da metrópole (a mãe-pátria), era também, comitantemente a sua negação (Novais, 1997). Esta afirmação implica diretamente no reconhecimento da complexidade cultural que irá distinguir a colônia da metrópole. Há, ainda segundo Novais, a presença de elementos distintos coexistindo simultaneamente e esta relação teria gerado um confronto cultural ou, em suas palavras: “esta é a primeira e importantíssima característica que devemos ressaltar [...] a continuada chegada de novos contingentes populacionais” (Novais, 1997, p. 20).

Na área do conhecimento, o século XIX ficou marcado pelo espírito inovador das descobertas científicas, motivadas pelo positivismo, e por uma série de modificações adaptativas e de reorganização da sociedade. Os novos tempos também ficaram marcados pelas sucessivas revoluções burguesas, sobretudo na Inglaterra. As descobertas científico-tecnológicas permitiram a criação de novos traços arquitetônicos desenvolvidos na França pelo arquiteto franco-suíço Charles Edouard Jeaneret, mais conhecido como Le Corbusier.

A cidade artesanal, com hábitos tipicamente rurais, gradativamente vai cedendo lugar ao que viria a se transformar em grandes metrópoles, caracterizadas pela separação entre o espaço habitacional e o espaço produtivo (Portal, 1999). Talvez, a grande diferença das cidades coloniais do século XIX esteja no seu estilo arquitetônico influenciado pelos bairros europeus, onde coexiste uma arquitetura colonial majestosa com edifícios que articulam tantos os poderes civis quanto religiosos (Portal, 1999). Esse princípio de ruptura entre o poder político e religioso, sugere uma atuação de forma decisiva rumo ao rompimento das fortes tradições rurais, que perduraram no Brasil, até pelo menos a entrada do século XX.

O século XIX ficou marcado pela hegemonia da nação inglesa nos campos da produção, do consumo e da distribuição de mercadorias. Respalhada em ideais iluministas, fortemente consolidados numa ética protestante, que não visava simplesmente acumular, mas, acima de tudo, reempregar o capital tornando possível a sua multiplicação, logo estava instalado um sistema produtivo em série, mas que suscitava novos mercados consumidores.

Aquele antigo modelo rural, tipicamente português, por um lado, segundo Boaventura Santos (1997), serviu desde o início como pano de fundo para a acumulação primitiva da Inglaterra, por outro, veio a constituir a base da nação brasileira. O século XIX, marcado pela Revolução Industrial, consolida uma nova lógica para a organização do modo de produção. Esse modelo irá se opor à antiga lógica predominantemente rural, agora denominado arcaico. Em sua oposição surge o moderno, senão urbano, mas ao menos com fortes intenções urbanísticas.



No nordeste brasileiro, esse espírito “inovador” agiu como principal responsável pelo surgimento de novas cidades, essencialmente litorâneas, a exemplo de Maceió, Teresina e Aracaju, todas de meados do século XIX, e com sítios construídos em espaços portuários.

Não havendo mais a preocupação com as invasões estrangeiras, essas cidades voltam-se para a ocupação do litoral, seguindo desse modo uma nova lógica de ocupação espacial, ditada essencialmente por parâmetros e necessidades capitalistas. Para Ribeiro (1996), por conta dessa oposição àquele antigo modelo, surgem novas cidades, vistas não só como contraponto, mas também como o lugar do artificialismo e, muitas vezes, da corrupção.

As novas exigências do capital suscitaram definitivamente a criação de novos espaços, construídos quase sempre no bojo de lutas de interesses antagônicos, praticadas no cotidiano dos atores sociais. Para Featherstone (1995), há uma distinção relevante que confunde dois significados da cultura: um ligado ao significado antropológico ou cotidiano e outro à alta-cultura. O primeiro elemento encontra-se presente em todas as culturas, ele está associado às práticas de representação efetivadas pelos atores sociais, enquanto o outro representa o produto de uma construção simbólica elaborada por um conjunto de especialistas que contam com o apoio de instituições e do direito normativo, cujo aumento potencial de poder, ocorrido a partir do século XVIII, deu origem à noção de esfera cultural autônoma. A cultura em sentido antropológico, cotidiano, por sua vez, co-existe simultaneamente com a alta-cultura, em um mesmo espaço social. Estas posições ficam mais nítidas a partir do momento em que são associadas ao estilo de vida e a estrutura ocupacional das diversas classes sociais. Os grupos dominantes, desse modo, procuram apropriar-se de “bens posicionais”, conforme apontado por Featherstone (1995), ou conforme Elias (1994), bens cujo acabamento e sofisticação são diferenciados daqueles utilizados pelas camadas sociais inferiores. O que separam esses grupos são os gostos, as preferências, e sobretudo a disponibilidade para manter o padrão de consumo por esses bens simbólicos.

Enfim, o século XIX ficou marcado por um verdadeiro movimento turbilhonar, modificando as mentalidades, a cultura material e susci-

tando novos espaços. Fortemente consolidado em uma mentalidade positivista, onde a ânsia em controlar a natureza talvez nunca tenha sido tão forte. Durante esse período o estado conflituoso, que tanto caracterizou o Brasil durante o período colonial, marcado pelas constantes ameaças de invasão estrangeira, já não existia. Esse fator de certa forma possibilitou a criação de novas cidades com características essencialmente litorâneas. O fator segurança que tanto caracterizou as preocupações dos grupos humanos, desde a pré-história, já não atuava de forma decisiva, afinal os homens haviam decidido pelas normas e convenções. As guerras não mais interessavam, afinal elas poderiam trazer prejuízos a uma classe vitoriosa, a burguesia.

A ela só interessa o lucro. Para isso foram criados elementos ideológicos; científico-tecnológicos, foram modificadas as relações de produção, permitindo um aumento da produtividade, surgiram novas cidades, essencialmente portuárias, com novos traços arquitetônicos; para que fosse possível o escoamento de seus produtos e, por fim, apenas a produção e a entrada desses produtos no mercado não seria possível garantir o seu consumo. Para isso criou-se uma mentalidade à qual se atribui um determinado *status* a partir da posse e da manutenção ou não de determinados bens simbólico-posicionais.

**RESUMO:**

Este artigo analisa como a mudança paradigmática ocorrida ao longo do século XIX parece ter afetado a paisagem edificada e os padrões de assentamento das cidades brasileiras. Nesse período pairava o discurso rumo à modernidade. Esta nova mentalidade, laica, que veio romper a relação Estado-Igreja, parece ter sido responsável pelo desmantelamento da estrutura colonial, originando uma nova configuração espacial, com cidades litorâneas, voltadas para Europa, edificadas sobre o forte pretexto de abertura dos portos.

**Palavras-chave:** Colonização, espaços, territórios, modernidade.

**ABSTRACT:**

This article analyses as a change pattern occurred during century XIX seems to have affected a constructed landscape and deliberated standard in brazilian cities. In that period hovered the speech steer to modern. This new outsider mentality, came to break the relation between state and church, seems to have been responsible by the dismantly of the colonial structure, originating a new spatial configuration, with coastal cities, returned to Europe, edificated on the strong pretext of the port opening.

**Key words:** Colonization, space, territory, modern.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BENJAMIN, Walter. "Paris, Capital do Século XIX". In: Fortuna, C. (org). **Cidade, Cultura e Globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad.: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico: v. 48).

\_\_\_\_\_. O espaço dos fluxos. In: **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano**: Morar, cozinhar. 2 ed. Petrópolis: vozes, 1998. v. 2.

DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**. espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Brasiliense. São Paulo: 1985.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

ETCHEVARNE, Carlos. "Interdições arqueológicas em centros históricos: o caso de Salvador." In: **Anais do 2º Workshop Arqueológico de Xingó**. Universidade Federal de Sergipe. 2002. (p. 57-60).

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

\_\_\_\_\_ (Coord.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade.** 3 ed. Vozes; 1999.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira.** Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

\_\_\_\_\_ . **Rurbanização: Que é?** Recife: Ed. Massangana, 1982.

\_\_\_\_\_ . **Sobrados e mucambos.** 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_ . **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** (tradução de Vera Mello Joscelyne). 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. "Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria para o fato religioso". In: **RA' E GA: O espaço em análise.** Curitiba, PR: Departamento de Geografia / UFPR, v. 1, n 1. 1997. Revista da UFPR: n. 79. p. 91-120.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LEITE, Rogério Proença Sousa. **Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo.** UNICAMP. 2001. Tese de doutorado não publicada.

LOPES, Luiz Roberto. **Cultura brasileira**: de 1808 ao pré-modernismo. 2 ed. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1995. (Série síntese universitária; 12).

NOVAIS, Fernando A. "Condições da privacidade na colônia". In: **História da vida privada no Brasil**: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. SOUZA, Laura de Mello e (org.). São Paulo: Companhia das letras, 1997. p.13-39 v. 01.

PORTAL, María Ana. "La multiculturalidad urbana en México o las diversas formas de apropiarse de la ciudad. In: BAYARDO, Rubens y LACARRIEU, Mónica. **La dinámica global/local**. Cultura y comunicación: nuevos desafíos. Ediciones Ciccus: Argentina / La Crujía: Argentina, 1999. p. 105-116.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Temas: Geografia e política, v. 29.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. "Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil". In: **Cidade, povo e nação**. Luiz César de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-22.

RIBEIRO, Luiz César De Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. "Da cidade nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil". In: **Cidade, povo**